

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

## JURISPRUDÊNCIA

### 1. Depressão alegada sem comprovação de relação com o trabalho não gera indenização

☒ O TST manteve o indeferimento de pretensão fundada em alegada depressão relacionada ao trabalho, por ausência de prova suficiente do nexo causal, exigindo demonstração técnica e elementos consistentes para responsabilização do empregador.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão sublinha a importância da comprovação do **nexo causal** entre o agravo de saúde e as condições no ambiente de trabalho. Importante políticas de prevenção, canais de acolhimento e registro, capacitação de lideranças, documentação de medidas de gestão ocupacional para mitigação de passivo.

📎 <https://www.tst.jus.br/-/motorista-de-executivo-nao-comprova-que-depressao-tinha-relacao-com-trabalho>

### 2. Proteção constitucional da maternidade é uma garantia fundamental que prevalece sobre a nulidade do contrato administrativo

☒ O TST reconheceu que a nulidade contratual por ausência de concurso não elimina a proteção à maternidade, assegurando a estabilidade provisória da gestante, com base na garantia constitucional (CF/88, art. 10, II, "b", do ADCT).

📌 **RELEVÂNCIA:** O precedente alerta o empregador de que a estabilidade gestante pode ser reconhecida mesmo quando houver discussão sobre nulidade do vínculo/contratação, com risco concreto de condenação à reintegração ou indenização substitutiva e reflexos correlatos. Necessário o fortalecimento do compliance de admissão (checklist documental, validação prévia do regime contratual e dos requisitos legais aplicáveis) e manter procedimentos internos de gestão de afastamentos e garantias provisórias, evitando desligamentos sem análise jurídica e registro formal da motivação e do contexto contratual.

📎 <https://www.tst.jus.br/-/contrato-nulo-por-falta-de-concurso-nao-afasta-estabilidade-de-tecnica-de-enfermagem-gestante>

### 3. Mantida penhora de restituição de imposto de renda de sócias de empresa devedora

📝 O TST manteve a penhora de valores de restituições de imposto de renda pertencentes a sócias de empresa devedora trabalhista, por ausência de comprovação de boa-fé ou separação patrimonial inequívoca.

📌 **RELEVÂNCIA:** Entendimento reforça que, na execução trabalhista, valores a receber a título de restituição de imposto de renda podem ser objeto de penhora em nome de sócios quando não houver demonstração robusta de boa-fé e de separação patrimonial efetiva em relação ao passivo da empresa, ampliando o risco de constrição de ativos pessoais. Para mitigação, é necessário manter a documentação patrimonial rigorosas (comprovação da origem da titularidade de créditos, registros contábeis consistentes, evidências de autonomia patrimonial e formalização de movimentações), além de monitoramento preventivo de execuções e estratégia de defesa com prova documental pronta para afastar redirecionamentos e bloqueios.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/mantida-penhora-de-restituicao-de-imposto-de-renda-de-socias-de-empresa-devedora>

### 4. Pedido de demissão anulado por vício de consentimento com redução de condenação

📝 A 2ª Câmara do TRT-15 manteve a anulação de pedido de demissão por vício de consentimento (coação/erro) e, ao mesmo tempo, reduziu o valor indenizatório devido às circunstâncias fáticas do caso.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre alto risco de nulidade de desligamentos quando houver qualquer indicativo de pressão, coação, fragilidade do trabalhador ou falhas na formalização. Atentar-se na adoção de protocolo formal de desligamento: entrevista de saída com registro escrito, confirmação expressa de ciência das consequências, prazo de reflexão quando necessário, assinatura em ambiente reservado e sem pressão, participação de testemunha/representante de RH, e arquivamento de documentação (comunicados, e-mails, histórico disciplinar) para demonstrar voluntariedade e servir como subsídio em eventual reclamação trabalhista.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/2a-camara-mantem-anulacao-de-pedido-de-demissao-por-vicio-de-consentimento-e-reduz>

## 5. Tarefas compatíveis não caracterizam acúmulo de função

📝 O Tribunal rejeitou pedido de adicional por acúmulo de função ao reconhecer que atividades administrativas atribuídas eram compatíveis com a função contratada, não havendo prova de alteração contratual lesiva ou exigência de atribuições estranhas ao conteúdo ocupacional.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão sinaliza que tarefas administrativas correlatas às funções previstas em contrato, quando compatíveis com a atividade principal, não geram automaticamente direito a reajustes ou adicionais; a avaliação deve considerar a realidade fática e os limites do contrato.

🔗 Link: <https://trt15.jus.br/noticia/2026/atividades-administrativas-sao-compativeis-com-funcao-de-padeira-decide-9a-camara>

## 6. Circular interna não gera direito automático à promoção

📝 O TRT-2 decidiu que simples circular interna que menciona possibilidade de promoção não cria direito subjetivo automático à promoção funcional, especialmente quando não acompanhada de critérios objetivos e mecanismos formais de vinculação ao contrato de trabalho.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão sinaliza que comunicados e circulares internas, quando redigidos de forma genérica e sem critérios objetivos de elegibilidade, não se incorporam automaticamente ao contrato como obrigação de promover, reduzindo o risco de condenação por "promoção automática". Para prevenção de litígios, é prudente a estruturação de política formal de carreira e promoções (requisitos, métricas, prazos, aprovações e limites orçamentários), padronização da comunicação com cláusulas de não vinculação quando cabível, e manutenção da documentação do processo decisório (avaliações, evidências de desempenho e registros de vagas), evitando alegações de expectativa legítima, discricionariedade abusiva ou tratamento desigual.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/circular-interna-nao-gera-direito-automatico-a-promocao>

## 7. Obrigação de controle de emissões atmosféricas e negativa de indenização individual por ausência de prova do dano produtivo

📝 O TJSP manteve a condenação de indústrias à instalação e manutenção de filtros antipoluentes, com fundamento em laudos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e em TAC firmado com o Ministério Público do Estado de São Paulo. O



Tribunal reconheceu a irregularidade ambiental, mas afastou os pedidos de indenização do produtor rural vizinho por inexistência de prova técnica do prejuízo à atividade produtiva.

 **RELEVÂNCIA:** O precedente fortalece a posição do produtor rural como legitimado a exigir judicialmente a adequação ambiental de atividades vizinhas poluidoras, mas exige prova pericial direta da perda de produtividade para indenização individual.

 [0000037-07.2005.8.26.0146.pdf](#)

## 8. TJSP afasta multa ambiental por queimada em canavial diante da ausência de prova de autoria e de culpa do proprietário

 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP deu provimento à apelação para anular auto de infração por queimada em palha de cana-de-açúcar, reconhecendo que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva e exige prova de dolo ou culpa. O Tribunal concluiu que a autuação foi baseada apenas na titularidade do imóvel, sem comprovação de autoria ou nexo causal, e que a proprietária demonstrou diligência e boa-fé.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão fortalece que a ausência de autoria não exclui o dever permanente de adoção de medidas preventivas contra incêndios, apenas afasta a imposição de sanção administrativa quando inexistente prova de culpa ou omissão do produtor.

 [1013064-12.2024.8.26.0037.pdf](#)

## 9. TJSP mantém tutela de urgência para cessação de atividades irregulares em APP, mesmo após licenciamento municipal superveniente

 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP negou provimento ao agravo e manteve tutela de urgência que determinou a paralisação de movimentação de terra, supressão de vegetação e lançamento de resíduos em Área de Preservação Permanente, sob multa diária de R\$ 50.000,00. O Tribunal afirmou que a licença municipal posterior não convalida intervenções pretéritas nem afasta o dever de reparar danos ambientais, prevalecendo a tutela ambiental coletiva.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão é relevante porque consolida o entendimento de que a obtenção de licenças ambientais supervenientes não regulariza automaticamente passivos ambientais anteriores, nem afasta ordens judiciais de cessação de atividades em APP.

 [2299525-63.2025.8.26.0000.pdf](#)



## 10. TJSP afasta aplicação dos arts. 66, 67 e 68 do Código Florestal na fase de cumprimento de sentença por força da coisa julgada

📝 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP negou provimento ao agravo e manteve decisão que rejeitou a tentativa dos proprietários rurais de aplicar, na fase de cumprimento de sentença, os benefícios dos arts. 66, 67 e 68 da Lei nº 12.651/2012. O Tribunal reconheceu a existência de coisa julgada material, pois tais dispositivos já haviam sido expressamente afastados no acórdão de mérito por falta de prova quanto à supressão e à delimitação da reserva legal.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão consolida o entendimento de que os mecanismos de regularização e dispensa de recomposição da reserva legal previstos nos arts. 66, 67 e 68 do Código Florestal devem ser comprovados na fase de conhecimento da ação civil pública, não podendo ser invocados apenas na execução com base em cadastros ambientais posteriores.

🔗 [2388914-59.2025.8.26.0000.pdf](#)

## 11. TJSP afasta usucapião e indenização por benfeitorias em ocupação de imóvel rural situado em Área de Preservação Permanente

📝 A 7ª Câmara de Direito Privado do TJSP manteve sentença que determinou a reintegração de posse e a desocupação de imóvel rural localizado em Área de Preservação Permanente, às margens do Rio Pardo, afastando a possibilidade de usucapião e o direito à indenização por benfeitorias. O Tribunal reconheceu a posse de má-fé e a prevalência da tutela ambiental, em coerência com condenação anterior em ação civil pública para recuperação da área.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reafirma que áreas rurais inseridas em APP não são passíveis de usucapião e que ocupações irregulares por terceiros podem gerar riscos diretos ao produtor rural, inclusive quando ele próprio já está obrigado, por decisão judicial, a recuperar a área ambientalmente protegida.

🔗 [1020753-68.2018.8.26.0506.pdf](#)

## 12. TRF-3 mantém obrigações de recomposição de APP e apresentação de PRAD em imóveis rurais às margens de rio

📝 A 3ª Turma do TRF-3 manteve a sentença que aplicou corretamente os arts. 61-A e 61-B da Lei nº 12.651/2012, reconhecendo a existência de área rural consolidada, mas impondo

a recomposição da APP em imóvel com mais de quatro módulos fiscais, às margens do Rio Paraná. Admitiu-se apenas a manutenção das estruturas agrossilvipastoris existentes até 22/7/2008, também confirmou a obrigação de apresentar Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e de não realizar novas intervenções na APP.

**RELEVÂNCIA:** O acórdão consolida, em nível federal, a leitura restritiva dos arts. 61-A e 61-B do Código Florestal, deixando claro que o reconhecimento de área rural consolidada não elimina o dever de recomposição da APP e os limites de recomposição diferenciados e os percentuais máximos previstos somente se aplicam aos imóveis até quatro módulos fiscais, não beneficiando propriedades de maior porte.

 [0003169-84.2015.4.03.6002.pdf](#)